

# Sete temas polêmicos dividem Sistematização

BRASÍLIA — A anistia, a questão urbana, as comunicações, a reserva de mercado, o meio ambiente, seguridade social e saúde, a intervenção do estado na economia e a organização dos partidos políticos serão os primeiros temas polêmicos da futura Constituição que começam a ser discutidos hoje entre os relatores do "Grupo do Consenso" dos deputados Euclides Scalco (PMDB-PR) e Alcení Guerra (PFL-PR) e o "Grupo dos 32", do senador José Richa (PMDB-PR). Os debates começam hoje de manhã, no Instituto Israel Pinheiro, no Lago Sul de Brasília.

Participante do "Grupo do Consenso" e relator da questão das comunicações, o deputado Antônio Britto (PMDB-RS), vice-líder do senador Mário Covas, disse que o trabalho dos dois grupos passou agora a ser "uma corrida de obstáculos, cujo objetivo é chegar ao relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral".

**Polêmicos** — Segundo ele, o "Grupo do Consenso" identificou 19 temas polêmicos na futura Constituição; só existindo até agora propostas de acordo para oito, que começam a ser discutidas hoje com o grupo de Richa. Os outros 12 temas (reforma agrária, educação, ques-

ção trabalhista, sistema financeiro, distribuição de renda, moratória, judiciário, prerrogativas do Congresso, tributação, subsolo e participação da sociedade) deverão ter uma solução até amanhã.

Britto lembrou que Cabral prometeu apresentar um novo projeto de Constituição até o dia 20. Para tanto, vai começar a trabalhar, primeiro, em torno do que já seja consenso entre os dois grupos e cortando tudo o que não seja matéria constitucional. Só depois vai trabalhar os assuntos que dividam o plenário.

Os relatores dos dois grupos estão mantendo o maior segredo possível quanto às propostas que vão apresentar, alegando que "o outro lado" precisa ser informado antes da imprensa.

Um exemplo disso foi o próprio Britto, que deve apresentar uma proposta em torno da criação do conselho nacional de comunicações, que deverá controlar a política de concessão de emissoras de rádio e TV sob supervisão do Congresso Nacional. Britto disse apenas que as negociações se arrastaram por quase 23 horas de reuniões, desde quinta-feira. Quanto à proposta, explicou apenas que ela sugeriria "mecanismos novos para a concessão, envolvendo a participação do Executivo e Legislativo".

## Ex-ministros querem Banco Central livre

BRASÍLIA — Os ex-ministros da Fazenda Roberto Campos e Francisco Dornelles, hoje constituintes — o primeiro é senador pelo PDS de Mato Grosso, o segundo deputado do PFL fluminense —, embora sejam favoráveis ao presidencialismo, acham que para uma boa gestão econômica o sistema de governo não é decisivo. "O importante não é o organograma, é o *humanograma*", diz Roberto Campos. Para ele, a capacidade dos ministros é o dado fundamental.

Dornelles, presidencialista convicto, acha que havendo um orçamento aprovado pelo Congresso que retire do Poder Executivo a faculdade de criar despesas novas, "é indiferente se o regime é parlamentarista ou presidencialista, em termos da gestão econômica". Segundo o ministro da Fazenda escolhido por Tancredo Neves e mantido por Sarney nos primeiros meses de seu governo, se não for retirado do Banco Central o poder de suprir recursos ao Tesouro Nacional, na base de emissão de moeda, para fazer frentes a gastos não previstos no orçamento, não há gestão econômica e financeira que resista às pressões políticas.

Ele fala com base na sua própria experiência. A famosa ordem de Tancredo de "é proibido gastar" não resistiu muito tempo diante da avalanche de demandas e pressões políticas. "Eu só tinha duas alternativas: ou dava dinheiro para todo mundo e perdia o controle da política financeira, ou pedia demissão. Escolhi o segundo caminho", diz.

**Condições** — Roberto Campos, adepto de um "presidencialismo mitigado", semelhante ao modelo francês — onde há um presidente forte, eleito pelo voto direto, que designa um primeiro-ministro sujeito a voto de desconfiança do Congresso —, defende a tese de que o parlamentarismo só será viável se antes forem criados "um Banco Central independente, um funcionalismo profissionalizado e partidos políticos programáticos".

O Ministro da Fazenda do governo Castello Branco insiste na ideia de um Banco Central independente do Executivo. "De foi criado assim, inclusive com mandato fixo para seu Presidente. Apenas há leis que não pegam. No Brasil, as constituições mesmo não pegam. Tivemos sete e estamos indo para a oitava", afirmou.

Dornelles é inteiramente contrário a qualquer forma híbrida de sistema de governo. Como secretário particular de seu tio Tancredo, ele viveu a experiência de 1961, onde o poder era dividido entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro. "O país tinha um chefe de Estado, mas dois chefes de Governo, criando uma dualidade no processo decisório. Se não há casa que funcione assim, imagine um país", diz.

## Voto misto tem seus defensores

BRASÍLIA — As opiniões na Constituinte estão divididas quanto ao sistema eleitoral mas, se o parlamentarismo for aprovado, crescem as possibilidades de adoção do voto misto já nas próximas eleições para a Câmara dos Deputados. "Não se pode discutir sistema de governo sem discutir também os sistemas eleitoral e partidário", diz o presidente do PFL, senador Marco Maciel, um dos principais defensores do "presidencialismo mitigado".

O voto proporcional com listas partidárias abertas — o eleitor escolher o candidato dentro do partido — quase não existe fora do Brasil. Na Europa, só é praticado na Finlândia, e a maioria dos defensores do parlamentarismo é contra sua adoção. Segundo eles, o voto proporcional debilita a coesão partidária, enquanto o regime de gabinete exige partidos estáveis.

Na Constituinte, a polêmica hoje está entre os que defendem a manutenção do atual voto proporcional e os que querem a introdução do sistema misto, no seu modelo alemão. Na Alemanha, as 496 cadeiras de Bundestag são preenchidas metade por eleições majoritárias disputadas nos distritos eleitorais e metade por listas partidárias fechadas, definidas pelas

convencões. Cada eleitor vota duas vezes: uma num candidato do seu distrito, outra numa lista partidária (o chamado voto nacional).

A distribuição de todas as cadeiras entre os partidos é feita com base na percentagem dos votos nacionais obtidos. Dentro de cada partido, os que venceram as disputas distritais têm vaga assegurada; o restante das cadeiras é preenchido com os primeiros nomes da lista. O modelo alemão tem uma vantagem sobre o distrital puro, onde todos os deputados são eleitos em pleitos majoritários nos distritos. Não há esterilização de votos. Por exemplo, na eleição de 1983, o Partido Verde obteve 5,6% dos votos nacionais, mas não venceu em nenhuma circunscrição. Mesmo assim assegurou a cota de cadeiras que lhe cabia na Câmara. Seus 27 representantes saíram da metade do Bundestag preenchida pelas listas.

O voto distrital puro, praticado na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Canadá, tem poucas possibilidades de vir a ser adotado pela Constituinte. Também tem escassas chances o sistema proporcional com listas partidárias fechadas — adotado em Portugal e na França —, no qual o eleitor só vota em partidos.